

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 8 DE MARÇO DE 2001

Primeiro, quero agradecer, aqui, a presença dos representantes da mídia e dizer que vamos aproveitar esta oportunidade para fazer alguns comentários sobre a nossa Agenda de Governo no Biênio 2001/2002. Embora ela já seja do conhecimento, porque foi distribuída ontem, é oportuno reafirmar certos pontos. Quando eu terminar, será possível fazer quatro ou cinco perguntas de esclarecimento do texto. Essas perguntas poderão ser respondidas por aqueles que aqui estão, que são aqueles que trabalham aqui, diretamente, no Palácio do Governo e que participaram da elaboração deste texto, que, na verdade, é fruto de um longo trabalho, que vem de há dois ou três meses, com a cooperação de todos os ministérios, mas, mais especificamente, dos ministérios da área econômica e da área social, em que os ministros estiveram participando de reuniões.

Isso aqui é o resultado de um esforço do Governo. É uma decisão do Governo. Tudo que aqui está escrito corresponde ao pensamento meu e foi colhido também a partir de sugestões, observações e críticas de todos os ministérios. Portanto, é uma agenda de governo efetivamente.

Queria também lhes dizer que eu gostaria de, hoje, ao fazer esses comentários, ter presente duas fontes de inspiração. A primeira, creio,

é uma decorrência natural das emoções que o falecimento do Governador Mário Covas provocou no país. Eu me associei, de forma aberta, pessoal, a elas.

Gostaria de tecer algumas considerações sob a inspiração do que foi o pensamento de Mário Covas. E a outra inspiração é que hoje é o Dia Internacional da Mulher. É uma data importante, e um governo como o meu, que está sintonizado com a sociedade e com os ares de renovação que existem no mundo contemporâneo, não poderia deixar de fazer uma referência a ela. Mas não quero que seja uma referência apenas formal, nem num caso, nem no outro.

Talvez aquilo que tenha sido a constante da prática política de Mário Covas e que inspirou, em larga medida, o trabalho do PSDB e, antes, do PMDB e, antes, do MDB, foi o valor da democracia. Ouvi vários comentários a respeito do estilo de Mário Covas, da sua capacidade de luta, de briga mesmo, que é inegável. Mas, acima de tudo, Mário Covas foi um democrata. Respeitava sempre, sempre, as instituições. E tinha sempre presente a idéia de que um agrupamento político, naturalmente, não sobrevive sem liderança, porque a liderança assume as responsabilidades, mas há instâncias que decidem. E essas instâncias que decidem, decidem sob a égide da maioria.

Quantas e quantas vezes, nas discussões internas, nesses três partidos que mencionei – em São Paulo, a reorganização do MDB, que tinha caído em mãos que não eram as melhores para levar a luta adiante pela democracia e, num dado momento, nós tivemos que romper, na briga interna com o MDB, como quando fizemos o PMDB, quando, mais tarde, no PSDB em que trabalhamos, não só nós dois, muitos outros companheiros juntos –, as divergências eventuais nunca foram sanadas pelo atropelo, nunca pela vontade precipitada que salta o direito de defesa, que salta a possibilidade do contraditório, que salta o respeito às instituições.

No Brasil, estamos todos empenhados na refundação da democracia. Na refundação dos princípios republicanos. E os princípios republicanos exigem o respeito às instituições. Isso foi um pensamento contínuo e uma prática contínua, não só de Mário Covas. É minha também. É de

todos aqueles que têm um compromisso com este país. Tudo que nós fazemos é feito pensando nas conseqüências para o fortalecimento da democracia.

Esses valores republicanos que nos inspiraram, e nos inspiram, não exigem apenas o respeito à vontade da maioria, mas exigem também o respeito aos indivíduos, exigem o direito de defesa e exigem o contraditório. E exigem que não se diga, não se façam acusações que não possam ser objeto de uma análise e de uma defesa e que passem pelas instituições. São as instituições que devem, finalmente, dizer quem é culpado e quem não é. É muito fácil, e ouvi isso em várias oportunidades. Há aqueles que detêm o poder e que detêm a capacidade de falar e detêm, muitas vezes, os instrumentos para tal. É muito fácil dizer: faça-se, aconteça, vou exterminar, vou liquidar, vou acabar. Mas quando se começa a proceder assim, quaisquer que sejam os fundamentos para esses procedimentos, o término é o mesmo: é a ditadura, o desrespeito aos direitos humanos, é a violação, é a transformação dos tribunais em comissões gerais de investigação, das quais muitos brasileiros foram vítimas no regime militar.

Sem o respeito ao devido processo legal, sem que as normas sejam respeitadas, os que se arvoram de moralistas são, na verdade, ditadores disfarçados. São aqueles que não conseguiram ainda afastar do seu horizonte a cultura da ditadura, do autoritarismo. E não se compaginanam, portanto, com as inspirações que são aquelas de Mário Covas, que são as minhas também, de que é preciso, ao mesmo tempo em que se avança, se consolidar a democracia. Esse documento está inspirado também nisso, em todos os momentos.

Refiro-me a isso por um tema, que é um tema candente no Brasil de hoje. Nós todos estamos empenhados em modificar a nossa cultura. Essa cultura é uma cultura assistencialista, uma cultura clientelista, uma cultura na qual o atropelo das vontades, às vezes partidárias, às vezes até individuais, se sobrepunha a tudo. E encobria tudo. Nós somos contra isso. Nós estamos varrendo esses resquícios do passado. Mas, ao varrer os resquícios do passado, temos que fazê-lo com vistas ao futuro, e não com os métodos do passado.

Não há que confundir a tarefa importantíssima de limpar o entulho, como eu dizia, do passado, o entulho autoritário. Agora, temos que limpar o entulho do corporativismo, o entulho relativo ao assistencialismo, relativo ao clientelismo, à corrupção. Não há que confundir esse processo, que é um processo institucional, com o enfraquecimento da democracia pela palavra fácil e pela imposição repentina, não importando se justa ou injusta, e deixando pelo caminho as vítimas, muitas vezes sem ter emitido sequer a possibilidade de fazermos com que suas vozes sejam ouvidas. Não é assim. Estamos aqui reconstruindo os mecanismos para isso.

Ao limpar o entulho, é preciso não confundir quem está limpando com o lixo. O lixeiro não é o lixo. O lixeiro não é o lixo – repito com força. Essa confusão tem uma inspiração antidemocrática que não podemos aceitar. Uma parte desse documento trata dos mecanismos, precisamente, para fazer com que o Brasil tenha uma sociedade democrática e transparente, que seja capaz de utilizar os mecanismos mais avançados, como a Internet, como o governo eletrônico, como o acesso às informações da cidadania, com, portanto, a defesa dos direitos de cada um através de mecanismos que não dependem da intermediação clientelística, que não dependem sequer, muitas vezes, do processamento por advogados, porque o custo é alto, e permita um acesso direto. É assim que se cria uma sociedade verdadeiramente democrática. É assim que se limpa o entulho do passado, com muito trabalho.

Inspirado, portanto, nesses valores, é que começamos a melhorar, aperfeiçoar o aparelho de Estado. Mudamos muita coisa. Mudamos muita coisa e vamos continuar mudando. Não teríamos tido a possibilidade de fazê-lo, se não tivéssemos conseguido fazer o que fizemos nesses anos todos, ou seja, restabelecer a confiança do Brasil no concerto das nações, mas, sobretudo, entre nós mesmos, ao eliminar a inflação, ao deixar claro que o Brasil tem um governo responsável e que meta fiscal não é meta, simplesmente, contra a possibilidade de uma melhor condição de vida, mas é a pré-condição para essa melhor condição de vida. E essa pré-condição não é como no passado: primeiro cresce o bolo para, depois, se distribuir. Já estamos distribuindo.

Os níveis de pobreza no Brasil diminuíram sensivelmente. Estamos, aqui neste programa, nos esforçando para que eles possam diminuir ainda mais. De 93 para 99, a proporção daqueles que estão abaixo da linha de pobreza caiu de 26% para 22%. Certamente, em 2001, o dado já será mais positivo. Se mantivermos esse ritmo, vamos poder, nos próximos dez anos, chegar a 15% da população.

Isso é o que conta. O que conta é que o controle da inflação, o ajuste fiscal, que permitiu a queda de juros, a continuidade de um governo transparente, a luta, sem demagogia, pela reconstituição de uma sociedade democrática, a participação aberta, o clima de liberdade, a presença de grupos sociais pressionando, o conflito, que é normal em uma sociedade democrática, está sendo feito de tal maneira que vamos chegar, crescentemente, a uma melhor condição para a população. Mas ela já está ocorrendo. Ela já está ocorrendo.

Eu disse que gostaria de me inspirar, hoje, também no fato de que é o Dia Internacional da Mulher. Não quero me referir apenas àquilo que já foi aqui referido pelo próprio Conselho que cuida dessa matéria, aqui, no nosso governo, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e que tem um panfleto que diz o que o Governo fez. Quero generalizar isso. A questão de gênero, hoje, tem a ver com a democracia, porque tem a ver com a questão da igualdade, de direitos iguais entre homens e mulheres. Não estamos fazendo mais porque isso não se consegue do dia para a noite. Mas jamais houve tanta preocupação com a questão de gênero dentro da máquina governamental como a que temos tido.

Vou dar apenas alguns poucos exemplos, porque não seria cabível mais. Aqui, no documento, vocês encontraram fundamentação para isso. Na questão da saúde da mulher, na questão do câncer da mama, na questão do acesso aos instrumentos de prevenção da Aids, na questão da decisão autônoma relativa ao controle da natalidade, em tudo isso o Governo atuou de uma maneira aberta e franca. O Ministério de Planejamento e Orçamento criou um *site* – Governo e Mulher – para que se veja o que está acontecendo e para que se possa pedir mais nessa matéria.

Na hora da definição da bolsa-escola, que é um programa importante que está aqui também proposto, é à mulher que os recursos serão

destinados, à mãe de família. Não sendo possível isso, buscar-se-á o responsável. Mas, em primeiro lugar, vamos buscar distribuir diretamente à mãe os recursos da bolsa-escola.

No Ministério da Reforma Agrária, chegou-se até mesmo a propor dentro da máquina burocrática um certo número, no decorrer do tempo, de mulheres que deverão exercer funções administrativas. Mas, mais do que isso, ou tão importante quanto isso, pela primeira vez, o título de propriedade da terra é dado à mulher também e não apenas, como era até há pouco, ao homem.

Portanto, o Governo não está fazendo, a todo dia, referência demagógica à questão da igualdade. Está buscando, com todas as dificuldades que existem, transformar a igualdade em alguma coisa que passe pelas instituições. Democracia não é, simplesmente, afirmar um valor. É criar as instituições. Friso bem: criar as instituições que o regime republicano exige para que esse valor possa ser uma prática e que essa prática independa da vontade do poderoso e que seja uma prática sustentada pela ação continuada da cidadania. Tenho a satisfação de lhes dizer – já pedi que distribuíssem – que o Partido da Frente Liberal, o PFL, apoiou integralmente o programa. Tenho a certeza de que os demais partidos assim o farão também.

Este programa – reitero – parte dessa visão que não começou hoje, não começou há dois meses. Vem do início do Plano Real. Vem de antes de eu ser Presidente da República, na elaboração do Plano Real. Foi a concepção de que não podíamos mais ser lenientes, aí, sim, lenientes com a inflação que era a mãe da corrupção, nem com o desmando, que é o pai da corrupção, nem com o casamento da inflação com o regime autoritário, que foi o que levou o Brasil ao descontrole e à impunidade. Desde a concepção do Plano Real, esses processos estavam presentes.

Quero dizer que, também, desde o meu primeiro mandato, nós jamais aceitamos que, simplesmente, o mercado pudesse resolver as questões da sociedade. A ação feita foi oposta a isso, no sentido de que nós revitalizamos os instrumentos de planejamento, mas o fizemos de forma adequada, de forma moderna, discutindo com a sociedade e não transformando o Estado no único ator da sociedade. Ainda mais que o

Estado estava quebrado e não tinha recursos para atuar. Fomos buscar apoio nos grupos sociais, nas empresas e nos empresários, para reconstruir um projeto nacional de desenvolvimento.

Não demos nomes pomposos, porque não acreditamos nisso e porque estamos vacinados contra os nomes pomposos dados durante o regime militar que resultaram, basicamente, na péssima distribuição de renda que o Brasil tem até hoje. Ao contrário, vamos fazendo, pouco a pouco, a reconstrução dos instrumentos de planejamento econômico, de planejamento governamental e de planejamento social. Não preciso falar muito porque nós temos, marcadamente, hoje, o Avança Brasil. E o Avança Brasil foi precedido por um plano também de apoio efetivo a reorganizações que estruturam o País. Não só na área econômica, não só na infra-estrutura, mas na área, sempre, social e na área educacional, de saúde e na área de infra-estrutura.

Portanto, o Governo reorganizou o Estado, para transformá-lo num Estado como ele é hoje, um Estado ativo, um Estado mais inteligente para lidar com uma sociedade que, hoje em dia, tem que se inscrever no concerto geral das nações e tem que adotar as técnicas mais avançadas, a simbólica e a Internet, para que ele seja capaz de responder à demanda da sociedade de forma prática e não na forma vaga, demagógica, de discursos.

Esse documento apenas sintetiza esse esforço todo e diz: temos, dispomos, hoje, de instrumentos no Estado capazes de sinalizar para o setor econômico. Dispomos, hoje, no Estado, de capacidade de estimular, porque o BNDES está ativo e, hoje, tem um orçamento igual ou maior que o do Banco Mundial. E se antes o BNDES emprestava apenas às grandes empresas, hoje empresta às pequenas, às médias e até às microempresas.

Criamos mecanismos de reativação do setor empresarial com um programa absolutamente cheio de êxito chamado Brasil Empreendedor. O Senhores têm todos os dados, aqui disponíveis, que permitiram rearticular as nossas empresas, as pequenas e as médias. Aliviamos a carga que pesava sobre elas de dívidas passadas criando o Refis, entre outros instrumentos, na área tributária. Fomos reorganizando a economia nacional.

Se, hoje, nós crescemos 4,5%, e se hoje – não somos só nós – o mundo todo diz que o Brasil entrou em um ciclo de crescimento sustentado, não foi da noite para o dia, foi um trabalho contínuo. Não só da máquina governamental, mas da sociedade, do apoio que tive no Congresso sempre, da maioria do Congresso. Sem o que, de novo, se faz bazófia. É possível ser tartufo, ser bufão, sem o apoio das forças da maioria – nós vimos vários aqui no Brasil, que caíram aliás –, mas não é possível construir a democracia.

Esses passos todos requereram reformas. Reformas difíceis. Reforma da Previdência, que foi levada adiante. Reforma do setor público, reforma do sistema econômico com a quebra dos monopólios, a criação de órgãos capazes de regulamentar a ação do setor privado: a Aneel, a Anatel, a Agência Nacional do Petróleo, criaremos a Agência de Transportes. Reformamos o Estado. O Estado está aí muito ativo.

Aqui, hoje, nós podemos apresentar um programa viável. Todo ele está financiado, todo ele foi aprovado pelo Congresso Nacional, aprovado o chamado PPA, que é o plano de longo prazo. Transformamos o Orçamento em alguma coisa. São orçamentos de programas. Esses programas estão conectados com o plano de longo prazo; isso que está aqui é uma síntese dos programas que estão em marcha. Demos um forte conteúdo social no decorrer desse tempo a esses programas. Nunca, nunca houve tanto recurso para a saúde no Brasil como agora. E não é só recurso. Nunca houve tanto programa inovador na área da saúde como há agora. Se não foi iniciado diretamente no meu governo, foi multiplicado no meu governo, como é o caso dos agentes comunitários de saúde e dos médicos de família, como é o caso dessas enormes campanhas que se fazem hoje. Já se faziam, mas nós as aumentamos como ainda agora a Campanha da Diabetes, que não havia. Mudamos muito e fomos atender ao mais pobre. Vamos focalizar os programas.

Na educação, quem sonhava que nós poderíamos ter todas as nossas crianças na escola? Aqui, nós, hoje, temos condições de tê-las. Quem imaginava... aí me refiro ao José Roberto Magalhães Teixeira, Prefeito de Campinas, que foi o primeiro a fazer um programa efetivo que uniu a distribuição de renda com a obrigação de educar. Agradeço ao Con-

gresso Nacional, sem dúvida alguma aos partidos e às lideranças do Congresso que disponibilizaram recursos que estão sendo aproveitados, e bem aproveitados, porque os programas preexistiam. Não se vai utilizar esse recurso para o clientelismo, não se vai utilizar esse recurso para fortalecer partido. Vai se utilizar esse recurso para que haja, efetivamente, um apoio às famílias. E nós vamos atender a cerca de 9 milhões de crianças. Já atendíamos a mais de 1 milhão. Já estávamos atendendo a mais de 1 milhão.

Os programas que existiram antes no Brasil foram experimentais: 15 mil famílias, 20 mil famílias, 25 mil. Já atendemos, ano passado, mais de 1 milhão de famílias. Agora nos propomos a atender, nos próximos dois anos, dois milhões de famílias. Mas não é só isso não. Não descuramos, em nenhum momento, do conjunto da educação. A matrícula no curso secundário multiplicou-se em 60%. Dobrou a matrícula nas universidades. E aqui estão os programas para a continuidade disso.

Mais ainda, pela primeira vez o setor de ciência e tecnologia no Brasil vai dispor de recursos adicionais de 1 bilhão de reais por ano. Advindos de onde? Advindos dos setores que foram privatizados e que estão pagando agora para que possamos estar na vanguarda do setor de desenvolvimento tecnológico. Nós temos cientistas que, com poucos recursos, têm feito muito e que, com os recursos que já estão sendo disponibilizados, farão mais. Portanto, atuamos firmemente nas áreas sociais.

O programa avança muito na área social. Educação, saúde, assistência social. Vamos tirar as crianças todas do trabalho penoso. Não estamos criando isso agora não. Isso vem do começo do governo. Dos seis grandes programas sociais existentes no Brasil, que são focalizados para os mais pobres, três foram criados no meu governo. Os outros já existiam. Por exemplo, seguro-desemprego e a Previdência rural. Mas tudo isso foi melhorado. Diga-se de passagem, nós ampliamos a cobertura da Previdência para as mulheres, no caso da assistência à maternidade.

Portanto, esse governo é um governo que, simultaneamente, está mantendo a democracia, inspirado na idéia de igualdade, criando os programas para que nós possamos, efetivamente, construir uma sociedade mais igualitária, está fazendo um esforço enorme de levantar o

piso da sociedade, que retomou o crescimento econômico e que tem um projeto nacional de desenvolvimento.

Para isso, é preciso grandeza, agora, de todos nós, desprendimento de nossa parte. Nada de mesquinharia, nada de ficar olhando no retrovisor. Tenho sempre apelado à oposição: meu Deus, meu Deus, o que foi pregado por vocês anos a fio, e eu junto, em setores da oposição, nós estamos fazendo. Por que então dizer que não? Por que não dizer: eu poderia, talvez, fazer melhor. Mas por que negar, por que transformar qualquer problema em problema que põe em risco – não põe em risco porque não tem força para isso – no que diz respeito à governabilidade e às instituições? Como se à coisa mais corriqueira, ou mesmo que não o seja, que tenha ocorrido no aparelho de Estado, logo a primeira idéia que se tem: “Ah, vamos propor o *impeachment* do Presidente pelo crime de responsabilidade. Isto é antidemocrático, isto é contra as instituições, isto é vício do passado.”

Ainda há pouco, nos Estados Unidos, começou uma dúvida sobre quem ganhou. O sentimento da democracia é tão forte que essa dúvida parou no dia em que houve uma decisão de uma Corte. Justa ou injusta. Não sou americano, não quero nem saber. Mas eles que são americanos também não quiseram nem saber, porque sabem o valor da democracia e o peso das instituições.

Nós temos que respeitar as instituições. Quem clama na tribuna a partir de falsidades ou de suposições ou de questões que não têm conexão nenhuma com a responsabilidade presidencial ou dos ministros, quem clama, a toda hora, da tribuna não faz outra coisa senão reafirmar o espírito autoritário e antidemocrático. Meu Deus, e o povo? E o Brasil? E a possibilidade de crescimento? E a distribuição de renda? E a educação? E a saúde? E o acesso à terra, que nunca foi dado como foi dado neste governo? E aqui está prometido. Prometido, não. Cumprimos. Até o final do meu mandato, serão 700 mil famílias assentadas, ao custo de 5, 6, 7 bilhões de reais.

Os programas em conjunto que redistribuem renda aqui investem, neste ano, cerca de 22 bilhões de reais. Quantas vezes ouvi empresários e pessoas bem postas na vida me dizerem: “Bom, há sonegação porque

também não se sabe o que se faz com esse dinheiro.” Não sabem porque não querem saber, porque está nos computadores, está na Internet, está nos dados. Uma boa parte dos recursos tomados dos impostos é redistribuída à população mais pobre. E estamos focando, cada vez mais, em programas: não basta ter o dinheiro. É preciso ter a capacidade de usá-lo bem, treinar pessoas, a sociedade estar mais ativa, abrir canais de negociação direta com a sociedade, que é o que estamos fazendo, dia e noite. Aproveitar a força renovadora das ONGs, não nos preocuparmos se a pessoa que grita é da oposição ou é do governo, se o prefeito ou governador pertence a qual partido, visando ao Brasil.

Reitero o apelo. Talvez eu pregue no deserto. Mas tenho convicções. Sou, realmente, um democrata. Levei a vida lutando para o Brasil melhorar. Porque, objetivamente, não é apoiar o governo, mas o povo, e votar o que é bom para o povo. Este programa é bom para o povo. Por isso, os partidos que me apóiam – não tenho dúvida – vão apoiar esse programa, porque ele é bom para o povo. Ele é feito com esse propósito.

Bem, não quero cansá-los. Haveria muito o que dizer sobre cada uma dessas partes. Aqui, além do que já é visível – que retomamos o crescimento, consolidamos a democracia –, estamos propondo que ela avance mais e estamos propondo que se avance na reforma eleitoral, estamos dando ênfase na descentralização, que sempre foi inspirada por Franco Montoro – que foi o grande inspirador da descentralização administrativa –, estamos descentralizando o máximo possível, estamos, portanto, criando a ampliação da participação, criamos o governo eletrônico, para dar acesso a tudo isso, vamos insistir na governabilidade.

Não temos por que não discutir com o Congresso Nacional a questão das medidas provisórias. As medidas provisórias foram instituídas pela Assembléia Constituinte – e fui relator-adjunto, fui co-presidente da Comissão de Sistematização –, que se inspirava no regime parlamentarista. De repente, mudou para o presidencialismo e isso ficou um tanto híbrido. E uma série de funções que, normalmente, no regime presidencialista, são da administração e, portanto, são objeto de decreto tornaram-se, necessariamente, leis. Então, para tomar medidas simples, o Presidente, muitas vezes, tem que mandar um projeto de lei. Como o

Congresso tem muitos projetos de leis em que está trabalhando, não há tempo para que seja rápido. Faz-se a medida provisória. Se o Congresso se dispuser a devolver ao Executivo o que lhe é próprio, diminuam drasticamente as medidas provisórias.

Fizemos uma análise sobre elas. A imensa maioria das medidas provisórias se compõe de meras medidas que são de âmbito administrativo. Algumas são de âmbito financeiro. É importante que sejam. O Governo precisa, qualquer governo moderno precisa dispor de um instrumento rápido. Agora, estamos absolutamente dispostos a negociar quais são as áreas nas quais cabem medidas provisórias e áreas nas quais não cabem. Agora, não formalmente: “Quando houver emenda na Constituição não pode mais.” E aí? A emenda na Constituição paralisa o Governo? Por que não discutir racionalmente isso? É possível discutir. Acho que há uma instabilidade jurídica na renovação contínua de medidas provisórias. Disse isso sempre. Disse quando Senador a toda hora. É tão fácil pegar uma palavra minha como Senador. Tira do contexto e faz oposição à minha palavra como Presidente. Isso é banal fazer. Só não é íntegro, só não é íntegro, porque, para ser íntegro, tem-se que dizer: “Disse isso, nessas circunstâncias, e está dizendo aquilo, nessas outras circunstâncias.” Mas a convicção é a mesma: é preciso redefinir as medidas provisórias. Não com um braço de ferro: “Quem ganha? O Executivo ou o Legislativo?” Quem tem que ganhar é o Brasil: como é que se pode governar melhor e como é que pode haver um entrosamento maior entre o Legislativo e o Executivo? Aqui está posto isso, com simplicidade.

Já falei de transparência e princípios éticos. Mencionei o que há de mais importante na questão da educação, ciência e tecnologia. Na cultura, não apenas houve o renascimento do cinema nacional, que é muito importante, como nunca houve tanto recurso fiscal. O mecenato brasileiro é todo pago pelo povo, ou quase todo, porque são renúncias fiscais que pagam. E são centenas de milhões de reais que estão sendo utilizadas para motivar a cultura. Mas o que é mais importante: bibliotecas, distribuição de bibliotecas. Silenciosamente, há um grande programa nesse sentido. Mais ainda: os grupos de música da periferia, a

imensa quantidade de bandas que têm que ser apoiadas. Estamos fazendo e vamos fazer mais.

Na questão das áreas metropolitanas, na área ainda de políticas sociais, temos que, efetivamente, avançar. E há aqui sugestões para avançar. Reconhecemos que avançamos pouco. Na questão, também muito importante, de saúde, nutrição e melhoria das condições de vida fiz algumas menções aqui. Vamos dar novos passos, inclusive numa bolsa para melhorar a condição de nutrição dos mais pobres, acesso à terra, previdência e assistência social. Avançamos bastante, enfim, no combate à pobreza e na transferência de renda.

No que diz respeito à infra-estrutura, transportes, energia e telecomunicações, irrigação, meio ambiente, sinceramente, tudo isso está retomado. O resto, agora, é persistir. Os programas têm que ser feitos com mais controle, talvez, de tempo, para que sejam feitos a tempo oportuno.

Nós já retomamos, na área de energia, praticamente tudo o que era possível retomar. E estamos avançando com a questão do gás. Na área do petróleo, é possível que o Brasil se transforme – meu Deus! sonho meu! – em exportador de petróleo. Exportador! É alguma coisa que modifica muito. Não vamos criar, também, grandes ilusões. Não sei qual é a quantidade de reservas. Mas os recursos estão aí, a competição está aí. A Petrobras está mais forte do que nunca, com a competição. E a Agência Nacional de Petróleo está aí para garantir, também.

Em telecomunicações, meu Deus, sem a privatização, nós não teríamos entrado na época da Internet. Nós estaríamos fora da possibilidade do mundo contemporâneo. Fizemos a privatização. Avançamos. Avançamos muito, em todas as áreas.

Nós avançamos, também, e bastante, na irrigação e recursos hídricos. Quem sabe, no Brasil, que nós estamos para terminar – e vamos terminar – até o fim do meu mandato, um açude que é duas vezes Orós, que é o maior que o Brasil já fez? Chama-se Castanhão, lá no Ceará. Quem for ao Rio Grande do Norte vai ver as águas andando. O Governador trabalha bastante, o povo todo está contente com o Governador. É bom que esteja, o dinheiro é nosso, é federal, o programa é nosso, estamos juntos. Não só no Rio Grande do Norte, em vários estados do

Nordeste. E vamos, sim – e me refiro ao Rio Grande do Norte porque prezo o que está sendo feito lá –, vamos, sim, levar adiante a transposição do São Francisco, com todos os cuidados ambientais que são necessários.

Irrigação, também. Nunca se irrigou tanto. Acho que também nisso há que haver, sempre, o meio ambiente. Meio ambiente não é obsessão de ONG. Meio ambiente é condição de sobrevivência da Humanidade. Mudança climática é tema sério. E o Brasil está na vanguarda dessa discussão.

A preservação do Pantanal – que eu apóio, e o Governo Federal se encarregou de financiar, junto com o BID – é fundamental para nós, brasileiros. A preservação da Amazônia, utilizando-a racionalmente. Ela é nossa e vai continuar sendo nossa, indiscutivelmente. Hoje, são temas fundamentais para nós.

Quero lhes dizer, também, que há problemas que preocupam, inclusive, na Amazônia. Notadamente, a questão da droga. A questão da droga e da violência não pode ser, simplesmente, objeto de discursos. Temos, hoje, o Programa Nacional de Segurança Pública, que é para ajudar os governos estaduais. Por quê? Porque o Governo Federal dispõe de 7 mil policiais na Polícia Federal. São Paulo deve ter, só na Polícia Militar, uns 80 mil homens. Somados com os da Polícia Civil, ultrapassam 100 mil. Como é que nós podemos, nós, enfrentar isso? Não somos nós, diretamente. Mas nós temos que ajudar, e estamos ajudando.

Também, no caso das drogas, pela primeira vez o Brasil, hoje, dispõe de uma legislação contra a lavagem de dinheiro. Nem havia a tipificação desse crime. Nem havia a tipificação. Virou crime. Temos uma comissão que permite a conversa entre o Banco Central, a Receita Federal, a Polícia Federal e os órgãos da Senad, a Secretaria Nacional Antidrogas, para poder controlar os “barões”, que se aproveitam do dinheiro.

A criação da Senad é um passo importantíssimo não só na prevenção da droga, o que é fundamental, como também na articulação de todos esses instrumentos, para combater a droga.

Nós vimos, todos horrorizados, o que aconteceu nas penitenciárias de São Paulo. Vimos, também, que muitas foram construídas. Era só

olhar o mapa. Muitas eram novas, o que mostra que não basta ter presídio. É preciso ter muito mais do que presídio. Renovar toda a concepção do que seja a correção penitenciária. Mas nós vamos continuar apoiando a construção de presídios. Não há dúvida.

Quero lhes dizer, por fim, que, na área econômica, nós estamos voltando ao tema, como disse sempre que voltaria, da reforma tributária. Leio, aqui e ali, idéias que não são do Governo. São sugestões de A, de B ou de C: “Fica a CPMF, não fica a CPMF.” Não. A CPMF acabou, por uma lei que a extingue, em julho de 2002. Ficou o problema. E os recursos, que são gerados pela CPMF? Desaparecem? E os programas de combate à pobreza? Desaparecem? Então, isso não é um problema do Governo só. É do país, é do Congresso. Vamos buscar solução para isso.

E, mais, nós não queremos combater a corrupção, a sonegação? A CPMF, ou algum instrumento semelhante, tem que ser mantido, para combater a sonegação. Nunca ninguém combateu tanto a sonegação quanto o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, a Receita Federal, como no meu governo. Jamais! Jamais o sistema financeiro pagou tanto imposto como no meu governo. Jamais! Vai continuar.

Precisamos de uma reforma tributária. Vamos discuti-la, novamente. Somos obrigados a ser realistas. Eu ouço muita gente dizer: “Ah, tem que ser uma reforma completa.” E a pessoa que diz isso não sabe responder, quando eu pergunto: “Mas o que é isso?” Como é que financia o povo, o Estado, o Governo? Como é que se faz essa reforma completa? O que que ela significa? Expliquem-me. Querem que eu faça uma medida provisória, é isso? Mudando tudo? Se me derem os poderes, eu não aceito. Porque reforma tributária tem a ver com o âmago da questão da própria sociedade, tem que ser discutida mesmo. Porque os interesses existem e, numa democracia, eles não podem ser escondidos. E são conflitivos, têm que ser dirimidos. Onde? No Congresso. E assim será.

Mas não é só isso. Nós vamos avançar muito na questão do mercado de capitais para reduzir o custo de capital. Já fizemos bastante. A taxa fundamental, que é a Selic, caiu substancialmente. Para cair mais, nós precisamos de mais reformas. Mas, além disso, nós precisamos também

de certos instrumentos que são importantes para reduzir o custo do dinheiro, como uma nova lei de falências, uma nova lei de sociedades anônimas. Precisamos resolver certas questões que dizem respeito ao financiamento da casa própria, como a questão da possibilidade de alguém que vendeu algo, e o comprador não paga, reaver o que vendeu.

Nós não temos que ter medo de fazer as coisas como elas são feitas. Nós temos que levar adiante, com seriedade, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um marco que o Governo mandou para o Congresso e o Congresso votou e aprovou. Nós temos que, crescentemente, melhorar a qualidade do gasto. O nível de recursos disponíveis hoje é elevado, porque a carga tributária é alta. Nós temos que melhorar a qualidade do gasto. Não cabe mais pedir à sociedade mais imposto. Cabe saber: vamos cortar o quê? Vamos fazer melhor o quê? Há programas desnecessários que podem ser cortados? Cortemos. É fácil falar. Mas é preciso que o Congresso aprove os cortes que venham a ser feitos.

Acho, também, que chegou o momento de nós termos uma lei de responsabilidade monetária. Isso não quer dizer independência do Banco Central, porque não sou favorável à independência do Banco Central. Sou favorável à responsabilidade monetária. E a responsabilidade monetária tem que resguardar o Banco Central da intervenção política indevida, mesmo que seja do Presidente da República. Desde que fui Ministro da Fazenda, assegurei ao Banco Central a autonomia para a operação, demiti quando necessário, às vezes conflituosamente. E eu, pessoalmente, demiti o Presidente do Banco Central, mas não por razões menores; por razão de uma política maior. E, portanto, o futuro Presidente há de ter também a possibilidade de, ouvido de quem quer que seja, o Senado ou quem seja, mesmo havendo mandatos, de ter condições nas quais seja possível mudar a política.

O equilíbrio entre a necessidade de autonomia operacional e responsabilidade das metas e também das decisões em momentos mais delicados, que são do Presidente e do Ministro da Fazenda, tem que ser mantido. Vamos buscar uma forma para encontrar isso.

E, por fim, aqui existe também uma agenda de trabalho para o Congresso, que resume aquilo que é necessário ser lei ou ser emenda consti-

tucional, que ainda há algumas, desse programa de realização deste biênio 2001/2002.

Desculpem se me expus, talvez com mais detalhes do que eu gostaria, ou que vocês gostariam, mas há certos momentos que são importantes que o Presidente da República diga ao país como ele está vendo as coisas e que haja a necessidade de, efetivamente, buscar-se pontos de convergência. Alegro-me de ver que essa convergência na base de sustentação do Governo começa a se consolidar.

E eu reitero: tomara que seja possível ampliar essa convergência e para aqueles pontos, que são pontos nacionais, que são pontos de fortalecimento da democracia e de bem-estar do povo, e que essa convergência seja não só de todo o Congresso Nacional, mas de toda a sociedade. Porque nós temos que olhar daqui para a frente é para o País, para a sociedade, para o povo, que é quem nos vai julgar. A História é para quando já se está morto. E o povo é que julga enquanto se está vivo.